

Amato tenta convencer empresário

São Paulo — "Se não conseguirmos reduzir a inflação, a situação ficará pior para todos". Com este argumento, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, tentará convencer setores mais ponderáveis do empresariado a aceitarem a idéia de um redutor para a fixação de preços — já acertada por alguns setores com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. A pregação de Amato ocorrerá hoje, durante almoço com 200 empresários na sede da Fiesp. Mas a tarefa não será fácil, já que muitos empresários contrapõem que a margem de manobra do setor privado é pequena.

É o caso do presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, para quem o setor privado tem sua ação limitada pela presença asfixiante do Estado e pela oligopolização existente na economia. Apesar disto, ele reconhece

a necessidade "de algum tipo de acordo para que possamos chegar às eleições num clima de normalidade". E propõe duas medidas que considera importantes para brecar a inflação até a posse do novo presidente da República: a redução das taxas de juros e a abertura de importações.

Esfórcio

O presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, também advoga um esforço do empresariado para evitar um descontrole total dos preços, mas ressalta que a única medida verdadeiramente eficaz para conter os aumentos é a lei de mercado. E o presidente da Federação Brasileira das Associações de Banco (Febraban), Leo Wallace Cochrane, admite discutir a redução das tarifas e até dos "spreads" bancários, mas adiantou que as taxas de juros reais pesam pouco na disparada dos preços, mesmo porque os toma-

dores de empréstimos bancários estão diminuindo. E lembra que o combate à inflação depende mais do próprio governo, "que é quem define o custo do dinheiro".

Hoje, o ministro Mailson da Nóbrega vai reunir-se em São Paulo com representantes das indústrias automobilística, química e farmacêutica, tentando convencer estes setores a reajustarem suas tabelas no limite de 90% do IPC e num prazo mínimo de 30 dias. O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacy Mendonça, já antecipou sua resposta: as montadoras não arcarão sozinhas com o prejuízo e tudo dependerá da adesão dos fornecedores. O acordo antiinflacionário, em meio a desconfianças generalizadas de que o Governo não cumpra sua parte mais uma vez, pode ter o mesmo destino das anteriores tentativas de pactos.